



TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL CONRADO PEREIRA NO MARANHÃO.

Carlos Magno Soeiro Mendonça¹
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha²

Resumo

O presente texto trata da Educação do Campo no Maranhão, destacando a negligência da sua oferta e as particularidades do Ensino Médio na Escola Municipal Conrado Pereira em Morada Nova - Baixa do Arroz, Monção – MA. A escola é um território do campesinato e da Educação do Campo, resultado de um processo de luta dos movimentos sociais do campo, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao se contrapor ao modelo da educação rural oferecida historicamente ao campesinato. A escola é um território da Educação do Campo que participa do processo de territorialização do campesinato, voltada à realidade dos sujeitos que vivem no e do campo, valorizando seus princípios, suas culturas e seus territórios. Uma educação que contradiz o modelo de educação capitalista, a educação rural, assumindo uma nova identidade, ou seja, ao se apropriar da escola, o campesinato a entende como uma ferramenta importante para a reprodução do seu desenvolvimento territorial. Ainda que a Educação do Campo no Maranhão tenha avançado com a luta dos movimentos camponeses, o acesso às políticas públicas voltadas às escolas do campo continua sendo uma pauta de luta, sendo o Ensino Médio parte desse processo importante para a territorialização do campesinato.

Palavras-Chave: Escola do Campo, Território, Ensino Médio, Educação do Campo.

Resumen

Este texto trata de la Educación Rural en Maranhão, destacando la negligencia de su oferta y las particularidades del Bachillerato en la Escuela Municipal Conrado Pereira en Morada Nova - Baixa do Arroz, Monção - MA. La escuela es un territorio del campesinado y la Educación Rural, resultado de un proceso de lucha de los movimientos sociales rurales, en particular el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), al oponerse al modelo de educación rural históricamente ofrecido al campesinado. La escuela es un territorio de Educación Rural que participa en el proceso de territorialización del campesinado, enfocado en la realidad de los individuos que viven en y en el campo, valorando sus principios, culturas y territorios. Una educación que contradice el modelo de educación capitalista, la educación rural, asumiendo una nueva identidad, es decir, al apropiarse de la escuela, el campesinado la entiende como una herramienta importante para la reproducción de su desarrollo territorial. Si bien la Educación Rural en Maranhão ha avanzado con la lucha de los movimientos campesinos, el acceso a las políticas públicas dirigidas a las escuelas rurales sigue siendo una agenda de lucha, y la Escuela Superior es parte de este importante proceso de territorialización del campesinado.

¹ Graduado em Pedagogia da Terra, Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mestrando em Geografia do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP. E-mail: mgncarlosk9@yahoo.com.br

² Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br



Palabras clave: Escuela de campo, Territorio, Bachillerato, Educación de campo.

Introdução

Este artigo tem como objeto uma reflexão sobre a Educação do Campo no Maranhão, partindo do pressuposto de que a educação destinada à classe trabalhadora, em especial a do campo, foi historicamente ofertada de forma precária, de qualidade desrespeitosa, que não visa atender às demandas e necessidades da população camponesa, mas sim, aos objetivos da classe dominante, formando sujeitos para o mercado de trabalho.

Diante de tanta disparidade, a Educação do Campo surge das lutas históricas dos movimentos camponeses e organizações sociais do campo, que sentiram a necessidade de acessar uma educação cujo objetivo valorizasse os sujeitos envolvidos, com uma educação que levasse em conta suas realidades, proporcionando-lhes uma formação diferenciada por meio de conhecimentos que possibilitem uma visão libertadora sobre o mundo e que se contraponha a visão imposta do capitalismo no campo.

Neste sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a Educação do Campo na Escola Municipal Conrado Pereira, entendendo-a como território de fortalecimento do campesinato. O mesmo encontra-se organizado em três seções: na primeira, “Breve Contexto Sócio Histórico da Educação”, faremos uma retomada histórica da disparidade na oferta da educação para a população camponesa. Na segunda, “Educação do Campo: escola como território camponês” é realizada uma abordagem teórica entre escola, território e Educação do Campo. E na terceira, “Educação do Campo: Escola Municipal Conrado Pereira como território do campesinato”, faremos uma contextualização da referida escola como território da Educação do Campo, com recorte para o Ensino Médio.

A metodologia baseia-se na abordagem qualitativa, com o emprego de procedimentos metodológicos que incluem a revisão bibliográfica. Importante destacar que este constitui parte do projeto de pesquisa intitulado “A Territorialização da Escola do Campo e da Juventude na luta pela Reforma Agrária Popular: o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp.



Historicamente, a educação brasileira tem sido constituída com um caráter contraditório, cujo discurso assenta-se no acesso à educação pública no âmbito universal, mas que se caracteriza, no que diz respeito à sua prática, de acordo com a origem de classe, ou seja, no contexto social em que está ou será inserida. Assim, vem produzindo uma educação de “dupla face” no país, com características que demonstram a divisão técnica do trabalho e a divisão em trabalho intelectual e manual como forma de compor a organização do trabalho no capitalismo.

Como já citado acima, como forma de embate ao sistema capitalista e de desmistificar o seu modelo de educação no campo, surge a Educação do Campo, fruto da indignação dos movimentos e organização sociais do campo que viram a necessidade do acesso a uma educação que valorizasse a vida no campo, seus territórios e suas culturas. Neste sentido, Soares (2012) afirma que:

A educação do campo tenta superar a visão do campo como estático e eleva os povos do campo à posição de sujeitos na busca por direitos. Na proposta da educação do campo há uma tentativa de superação da dicotomia campo-cidade, propõe-se também a valorização da cultura, do modo de vida dos trabalhadores do campo, e ainda conceber o trabalho como princípio educativo. (SOARES, 2012, p.2).

Caldart (2009) explica que “a Educação do Campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia” (CALDART, 2009, p. 6). Para compreendermos a educação é necessário também compreendermos a sociedade, pois “não existe educação sem sociedade” (ORSO, 2002, p. 2).

Portanto, discutir a educação é uma tarefa que busca e aprimora, cada vez mais, nossos conhecimentos sobre o referido assunto, pois devemos ter clareza do que é a educação e de qual é sua tarefa na sociedade. A educação pode ser entendida como mecanismo estratégico para a conservação e manutenção ou superação da ordem social vigente. E, nesse sentido, assume papel fundamental na organização social, política e econômica do campo, o que imprime a necessidade da compreensão do que é a Educação do Campo, seu contexto e sua construção enquanto fruto de muitas lutas e reivindicações dos movimentos sociais do campo em todo o país.

No estado do Maranhão, o processo de educação para a classe trabalhadora, especificamente para a população que vive no e do campo, veio surgir também através das lutas dos movimentos, sindicatos e organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, visando a garantia do direito que os camponeses tem de obter acesso



a uma educação emancipatória. Porém, a educação ofertada para os sujeitos aqui citados, não só no estado, mas em nível de Brasil em pleno século XXI, ainda é precária e na maioria das situações é negligenciada, realidade que fica mais visível devido à falta de políticas públicas para a Educação do Campo, como é o caso da disponibilidade do Ensino Médio para as escolas do campo.

No Brasil, a educação, inicialmente existente, era destinada à classe dominante representada pelos senhores de terras, ou seja, para a elite, que não permitia o acesso dos trabalhadores. Desde o início de colonização do país os povos do campo vem sofrendo com essa exclusão social, que só serve para ocultar os sujeitos que habitam e vivem do campo, sendo que “ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social e também político, econômico e cultural, sempre estiveram presentes e eram tidos como algo natural” (FERREIRA e BRANDÃO, 2011, p. 3). Desta forma a educação sempre foi estrategicamente utilizada pela classe dominante para se manter no poder, e de forma especial, pela organização capitalista da produção.

Mendonça (2015, p. 38), vem corroborar sinalizando que a classe dominante segue considerando “a população camponesa como subalterna à população urbana, cujas pretensões educacionais não extrapolam os níveis mais elementares”. Ainda sobre o assunto, a autora diz que:

Por isso, as condições de oferta da educação no campo são precárias, nos mais variados aspectos, e se limitam, na maioria dos casos, ao ensino fundamental, com salas multisseriadas, professores leigos, recursos pedagógicos defasados, que não oferecem a mínima condição para uma boa aprendizagem (MENDONÇA, 2015, p. 38).

A situação educacional citada acima, ou melhor dizendo, a limitação ou negação dos níveis de ensino mais elementares para as escolas do campo contribui para que muitos jovens deixem de estudar ou necessitem sair de seus lares para as cidades em busca de continuarem seus estudos, o que implica em várias situações. De acordo com Piana (2009), a negação à educação se dá “por questão ideológica, visto que a educação sempre esteve a serviço de um modelo econômico de natureza concentradora de rendas e socialmente excludente” (PIANA, 2009, p. 67).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o contexto educacional no Brasil tem sua constituição fruto de uma ideologia opressora e dominadora da classe dominante sobre a classe trabalhadora, mas principalmente sobre os trabalhadores que vivem no e do campo. E, assim sendo, podemos entender que “apenas a mais vasta concepção de educação nos pode ajudar a



insistir no objetivo de uma mudança verdadeiramente radical proporcionando alavancas que rompem a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p.48).

Caso contrário, a classe trabalhadora continuará tendo o mínimo de acesso a uma educação de qualidade. Ou seja, só com uma mudança na educação que venha contrapor-se à classe dominante, é que podemos superar os limites impostos pelo capital, o que supõe uma concepção de educação mais alargada, mais ampla, compreendendo que o processo educativo se dá de forma contínua, fora dos espaços escolares formais, onde a aprendizagem se torna nossa própria vida (MÉSZÁROS, 2005).

Assim, podemos compreender que a Educação do Campo surge como uma ferramenta importante para as populações camponesas, que veem nela meios de combate às práticas dominantes, se contrapondo às ideologias hegemônicas. Segundo a autora, a Educação do Campo “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART, 2009, p. 39).

Portanto, impossível pensar a Educação do Campo sem visualizar o espaço agrário e as projeções voltadas a ele. No que diz respeito aos projetos de educação, enquanto uma das políticas públicas para a população camponesa, faz-se necessário considerar as diversas lutas travadas pelos movimentos sociais do campo, em especial o MST, no sentido de perceber todo o trabalho desenvolvido visando a conquista desse direito.

2 EDUCACAO DO CAMPO: escola como território camponês

Como já exposto anteriormente, historicamente, a educação ofertada para as escolas camponesas pelos governantes tem sido disponibilizada de forma discrepante, excludente e alienadora, por meio da educação rural, que não atende as demandas e necessidades da população camponesa, mas sim os objetivos da classe dominante. “Essa situação de miséria, desigualdade social e avanço destrutivo do capital no campo se complementa com a ausência de políticas públicas de educação” (CAMACHO, 2017, p. 657). Entretanto, surge a Educação do Campo cujo objetivo é contrapor esse modelo de educação capitalista para com os sujeitos do campo.

A Educação do Campo é fruto de grandes lutas travadas pelos movimentos socioterritoriais do campo, os quais sentiram a necessidade de acesso a uma educação voltada à realidade da classe trabalhadora camponesa, com objetivo de ser emancipatória, ou seja, libertadora, e que fosse do e para o campo, visando contrapor-se à educação rural. Porém, mesmo a Educação do Campo sendo uma conquista dos movimentos sociais camponeses, de



acordo com Camacho (2017), o Estado, as grandes empresas e suas relações sociais vem se apropriando da mesma. “Muitas das práticas intituladas dessa forma são reacionárias e rompem com o caráter revolucionário, essência da Educação do Campo, formando para subalternidade ao capital ao invés de para a resistência política, cultural e econômica” (CAMACHO, 2017, p. 651). Pois “a educação escolar, vinculada ao Estado e promovida como direito do cidadão, é na verdade uma educação burguesa, que reflete as concepções ou o ideário hegemônico de sociedade” (FERNANDES e ANDRADE, 2016, p. 285).

Nossa sociedade é extremamente marcada por uma visão excludente de uma classe sobre a outra ou em relação a um determinado espaço geográfico e social. Camacho (2019) afirma que “entender o território camponês é de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato, e que contribua em seu processo de resistência política e cultural” (CAMACHO, 2019, p. 39).

Portanto, a Educação do Campo é de suma importância para ambas classes sociais no processo de formação do homem e da mulher do campo, levando em consideração seus projetos de educação e objetivos, os quais vão configurando seus territórios nas escolas enquanto espaço político. Neste sentido, dialogando com o debate, Fernandes (2005, p. 2) diz que “os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meios das relações de classe para desenvolver seus territórios”.

Para melhor compreensão no que diz respeito a educação das escolas camponesas e sua consolidação, Camacho (2017, p. 651), diz que é importante entendermos a Educação do Campo a partir de um debate sobre a questão agrária, considerando duas vertentes paradigmáticas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), buscando compreender “como se dão as relações sociais no modo de produção capitalista”. Neste sentido, partiremos da compreensão que “a diferença fundamental entre o PQA e o PCA é a perspectiva de superação do capitalismo” (FERNANDES, 2005. p. 9), pois

No PQA, a questão agrária é inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. Compreende que a possibilidade de solução do problema agrário está na perspectiva de superação do capitalismo. Isto implica em entender que as políticas desenvolvem-se na luta contra o capital. No PCA, a questão agrária não existe porque os problemas do desenvolvimento do capitalismo são resolvidos pelo próprio capital. Portanto, as soluções são encontradas nas políticas públicas desenvolvidas com o capital.

Ainda, segundo o autor, “a Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do



paradigma do capitalismo agrário” (Ibid, p. 9). Como já supracitado, ambas as classes sociais tem a educação para os sujeitos do campo como ferramenta para reprodução de suas ideologias, todavia, cada uma com suas especificidades e intencionalidades, o que fica visível a partir da compreensão dos paradigmas citados, pois

Enquanto a Educação do Campo no PQA objetiva a formação para a resistência, inclusive formando militantes dos movimentos socioterritoriais, por outro lado aquela construída a partir do PCA, ... visa a formar empreendedores rurais na lógica da profissionalização dos camponeses para competir e se integrar ao mercado, de maneira subalterna ao capital (CAMACHO, 2017, p. 651).

Portanto, de acordo com os paradigmas acima, podemos perceber as relações sociais e a conflitualidade entre camponeses e capitalistas e suas intencionalidades no que diz respeito aos projetos para o desenvolvimento do campo enquanto território agrário, aumentando assim a disputa pela Educação do Campo, ou seja, a disputa pelos “territórios materiais-imateriais” e, “a contradição de classe, movimento da história, resulta na produção de paradigmas educacionais a partir de diferentes perspectivas” (Ibid, 2017, p. 658). Ou seja, a educação voltada para emancipação e a educação para a exploração das forças de trabalho dos sujeitos do campo.

No que se refere aos territórios, podem ser compreendidos como parte indissociável do espaço geográfico, formado por um conjunto de relações sociais, com todas as suas contradições. Dialogando com o debate em questão, Santos (2006) diz que,

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. (SANTOS, 2006, p. 38).

Neste sentido, podemos compreender as escolas do campo como territórios, uma vez que são espaços de conflitualidade, estão e constante disputa, e que ao longo dos anos, devido às relações sociais, vem se transformando de acordo com a correlação de forças. Ou seja, no decorrer dos anos a configuração territorial “é cada vez mais resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2006, p. 39).

Desta forma, qualquer espaço que tenha sido definido e delimitado por e a partir das relações de poder, por meio das relações sociais ou culturais, se caracteriza como território. Fernandes (2008, p. 30) afirma que “a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios... pois, é espaço de vida e morte, de liberdade e resistência”.



Tal ação acima exemplificada é muito comum nas ações sociais realizadas pelos movimentos socioterritoriais, onde podemos destacar o MST, que ao longo de sua história vêm travando grandes e inúmeras lutas visando mudanças na estrutura agrária do país e realização da reforma agrária popular. Luta essa que se estende para além da conquista da terra, mas também por políticas públicas como, moradia, estrada, saúde, escola, enfim, luta pela sua territorialização e realização de projeto político e cultural do campesinato na construção de uma vida mais digna, ou seja, conquistar o território e seu desenvolvimento.

Podemos destacar os projetos antagônicos que têm marcado os conflitos que envolvem poder econômico, poder político e disputas ideológicas, como o projeto do agronegócio em relação a “Educação do Campo”. Este é um projeto que tem promovido a concentração da terra, a exploração da força de trabalho, os monocultivos em grande escala, a destruição da biodiversidade e o controle da política econômica, tendo como centralidade a transformação dos bens da natureza em mercadoria e a maximização dos lucros. De outro lado, os povos do campo, que lutam pela divisão social da terra, diversificação da produção, cultura do trabalho coletivo e fortalecimento dos mercados locais e políticas públicas, como a Educação do Campo, ou seja, para a agricultura familiar e qualidade de vida no campo.

Ou seja, o que define ou caracteriza um território é a relação social construída. Conquistar territórios perpassa pela possibilidade de criar e recriar as formas de organizar a vida material e imaterial. Um território camponês, segundo Fernandes (2012, p. 746), só se transforma em tal ao ser considerado que “a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental”.

A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas

Como exposto, o autor reafirma que a configuração de um território se dá pelas relações sociais, pela conflitualidade e pelas relações de poder. Portanto, pode-se dizer que a escola só se configura enquanto território da Educação do Campo, a partir do momento em que ela inicia a reconstrução do seu Projeto Político Pedagógico, adotando uma educação voltada para a realidade dos sujeitos que vivem no e do campo, valorizando seus princípios, suas culturas, seus territórios enquanto espaço de vivência e resistência. Uma educação que contradiz o modelo de educação capitalista, a educação rural, assumindo uma nova identidade, ou seja, quando o campesinato se apropria da escola, entendendo-a como ferramenta importante para reprodução



de sua ideologia em busca o desenvolvimento territorial. Assim, a escola deve ser compreendida como um território em disputa, como parte do processo de territorialização do campesinato que avança ou mesmo recua em certos momentos.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: Escola Municipal Conrado Pereira como território do campesinato.

Como já exposto, este texto constitui parte do projeto de pesquisa intitulado “A Territorialização da Escola do Campo e da Juventude na luta pela Reforma Agrária Popular: o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão”, ainda em andamento, portanto, os estudos da escola enquanto território da Educação do Campo será aprofundada na realização da pesquisa de campo para obtenção de dados que nos permitirão sistematizar e analisar a mesma.

Sabe-se que a educação ofertada para as escolas do campo, desde seus primórdios, é caracterizada por uma grande discrepância, por ser disponibilizada de forma excludente e alienadora, tendo como referência a educação rural. Ela priva os sujeitos que vivem no e do campo de terem acesso a uma educação de qualidade e emancipatória, ou seja, que seja voltada para a compreensão e superação de suas realidades.

De acordo com Castro (2016, p. 200), no que diz respeito a forma de como uma grande porcentagem dos jovens veem a vida no campo, “viver no *mundo rural*, hoje, ainda significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolha”. Isso quer dizer que ainda nos dias atuais, para grande parte da juventude que vive no e do campo, viver no território camponês é sobreviver aos obstáculos existentes que muitas das vezes limitam sua vida no campo com sujeitos sociais de direitos, assim como escolher lidar com as dificuldades impostas para sua vivência e sobrevivência no seu território. Ou seja, ainda de acordo com a autora, “é as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, não estão ao alcance de muitos ...”.

Outra característica que define a situação educacional do campo é a negação da oferta do Ensino Médio para a zona rural, o que faz com que muitas e muitos jovens, ao concluírem o Ensino Fundamental, deixem de estudar, ou necessitem migrar para os centros urbanos, a fim de darem continuidade aos estudos, o que provoca, obviamente, inúmeros desdobramentos para os jovens e suas famílias.

Sobre a migração da juventude, Durand e Alves (2015. p 70) dizem que para além do aumento da mesma devido à falta de políticas públicas que aporte a juventude do campo, “o assédio sugestivo que a mídia faz sobre as facilidades e oportunidades urbanas de lazer, educação, promoção, valorização e saúde, aliado aos complexos industriais que absorvem parte



de uma mão de obra despreparada e conseqüentemente barata”, colabora para que os jovens do campo saiam ainda mais cedo de seus territórios.

No que diz respeito a escolarização da juventude camponesa, Durand e Alves (2015, p. 74) corroboram que

quando se pensa sobre o jovem do campo enquanto pertencente à categoria social que busca a escolarização e qualificação profissional, é de fundamental importância que se entenda a relação desses sujeitos com a constituição de políticas que os apóiem enquanto sujeito de direito e de participação social.

Para mudar essa situação educacional, como já exposto anteriormente, nasce a Educação do Campo no berço das lutas dos movimentos sociais do campo, em especial o MST. Este é reconhecido por sua história de lutas por acesso a uma educação de qualidade, que possa se estender aos níveis de ensino mais elevados, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Aqui destacamos o Ensino Médio como etapa fundamental no processo de escolarização da juventude que é a conclusão da Educação Básica, mas infelizmente ainda negada ou ofertada precariamente pelo Estado, pois infelizmente essa é a realidade da maioria das escolas do campo.

Não é diferente do que aconteceu na escola da agrovila Morada Nova - Baixa do Arroz, Monção – MA. Depois de anos de muita luta e reivindicações do Setor de Educação do MST, o governo do estado, em 2019, mesmo que de forma omissa, iniciou uma turma de Ensino Médio para educandos da referida agrovila e comunidades vizinhas, com acompanhamento do MST.

Morada Nova – Baixa do Arroz é uma comunidade localizada na zona rural do município Monção, na baixada maranhense, cerca de 246 km de São Luís, a capital do estado do Maranhão. A comunidade faz parte do Projeto de Assentamento Diamante Negro Jutay e de acordo com Mendonça (2015, p. 31), é constituída por 71 famílias, tendo uma população de 288 pessoas incluindo crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A comunidade nasce das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra, que ocuparam a fazenda Diamante Negro às margens da BR 222, no então município Vitória do Mearim - MA em 1985. Com a desapropriação da área em 1994, o MST passou a organizar as famílias que já moravam em vários pontos da região, formando o referido assentamento.

A economia do município é agrícola, com o cultivo de arroz, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, melancia, leite de vaca, gado para corte, criação de aves, banana, castanha de caju, coco, dentre outros. O setor industrial é inexistente no município, e o setor terciário é constituído pelo comércio (MENDONÇA, 2015, p. 28).



Na agrovila Morada Nova – Baixa do Arroz localiza-se a Escola Municipal Conrado Pereira, fundada em 1997, a qual atende o público da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. Em 2019, o governo do estado, em resposta a reivindicações feitas pelo MST, criou uma turma de Ensino Médio. No entanto, este serviço público tem se caracterizado pela precarização da oferta do Ensino Médio no campo, sem prédio próprio, com infraestrutura inadequada, falta de material didático e professores não oriundos do campo. Como a escola é considerada polo que atende várias comunidades circunvizinhas, as precarizações acima citadas fazem com que a oferta desta educação não atenda às demandas existentes.

Assim, a escola é fruto de lutas, um território do campesinato reivindicado pelas lutas das famílias assentadas juntamente do MST por acesso à essa política pública, que se iniciou com o projeto de assentamento criado pelo Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária – INCRA. A escola é um território, em disputa desde as lutas pela criação do assentamento, e dá continuidade ao processo de territorialização do campesinato através da inclusão, sobretudo, do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada faz uma reflexão sobre os territórios da Educação do Campo com recorte espacial para a Escola Municipal Conrado Pereira, no Maranhão, levando em conta que esse modelo de ensino vem se contrapondo aos ideais políticos e educacionais da classe dominante, em relação ao processo educativo do homem e da mulher do campo.

Nesse sentido, a trajetória educacional brasileira, assim como no referido estado, tem em sua característica central a desigualdade, pois a educação destinada à população que vive no e do campo sempre foi ofertada de forma discrepante no que diz respeito à educação oferecida para a zona urbana, o que deixa as escolas do campo em situação de precariedade.

Tal situação se deve pela visão preconceituosa da classe dominante, ocasionando, na maioria das vezes, a ocultação e negação dos direitos dos camponeses, impossibilitando (ou pelo menos dificultando) o exercício pleno da dignidade, com o acesso à moradia, produção, saúde de qualidade, e de forma muito particular, o direito à educação, principalmente a educação crítica que configura a proposta da Educação do Campo.

Vale ressaltar que o desrespeito e a falta de compromisso do Estado, em relação a educação da classe trabalhadora, em especial a do campo, tem contribuído com o aumento da migração camponesa, principalmente da juventude. Na maioria das vezes, a educação oferecida para o campo só atende ao público da Educação Infantil e Ensino Fundamental, privando a



população camponesa do acesso aos níveis elementares de ensino. Isso contribui para que muitos jovens e adolescentes deixem o campo em busca de estudo nas escolas das zonas urbanas.

A educação do campo no Maranhão só começa a tomar outro rumo, mesmo que com limites e dificuldades, a partir da luta dos movimentos socioterritoriais do campo. São sujeitos que lutam pelo acesso uma educação de qualidade voltada às suas realidades, visando beneficiar o homem e a mulher do campo, uma educação emancipatória, que valoriza o território camponês não só como espaço de trabalho, mas de vivência e resistência, contrapondo e perpassando os ideais da classe burguesa.

Conclui-se ainda que, mesmo com algumas conquistas já obtidas, fruto desse processo de luta por Educação do Campo pelos movimentos sociais, em especial o MST, no que diz respeito ao acesso à políticas públicas voltadas para as escolas do campo, observa-se que não é o bastante para atender às necessidades educacionais dos camponeses, devido a implantação desta modalidade de ensino não obter apoio dos governantes.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete – Educação do Campo: notas para uma análise de percurso - **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar./jun.2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf.tes. Acessado em 15 de outubro de 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do Campo Em Disputa: Resistência *Versus* Subalternidade Ao Capital. In. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.649-670, jul.-set., 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. In. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, pp. 38-57. Dossiê – 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural, do Campo, das Águas e das Florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. In. **Revista Política e Trabalho**, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734> Acesso: 20 de junho de 2021.

DURAND, Olga Celestina da Silva; ALVES, Suzy de Castro. Juventude do campo na busca da escolarização/qualificação: uma experiência em Santa Catarina. In. **Juventude do campo/** Geraldo Leão, Maria Isabel Antunes-Rocha (organizadores). – 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

FERNANDES, Sílvia Aparecida de Sousa; ANDRADE, Jailton dos Santos. Educação do Campo como projeto de emancipação humana. In. **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe** / organização Bernardo Mançano Fernandes, João Márcio Mendes Pereira. – 1.ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual** / Bernardo Mançano Fernandes organizador--1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território como Categorias Essenciais**. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acesso: 15 de junho de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Território Camponês, In. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto - Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta - **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011. Disponível em: cac-php.unioeste.br/...sociais/Educacao_campo_olhar_historico_real_concreta.pdf. Acessado em:

MENDONÇA, Eliane Soares, **A Ausência de Oferta do Ensino Médio no Assentamento Morada Nova Baixa do Arroz**: consequências para a Educação do campo. Monografia (Graduação em Pedagogia da Terra) – Universidade Federal do Maranhão. Bacabal, p. 43. 2015.

– **A educação para além do capital** / István Mészáros; tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

ORSO, Paulino José. **As possibilidades e limites da educação na sociedade de classe**. São Paulo, Editora Ícone, 2002. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12846168/as-possibilidades-e-limites-da-educacao-na-sociedade-de-classes>. Acessado em: 21 de outubro de 2020.

PIANA, Maria Cristina, **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização**. 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acessado em: 08 de janeiro de 2017.

SANTOS, Milton, **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/ Milton Santos, - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos;1).

SOARES, Sália Bona Vasconcelos - **Educação do Campo: Uma Alternativa Para a Emancipação Humana?** – Uma Análise do Centro de Ensino Fundamental Pípiripau II – DF. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scie>. Acessado em: 09 de novembro de 2020.